

ISSN 2525-6904



## ARTIGOS



# Identities and political subject in the journal *Lampião da Esquina* (1978-1981)

Gilvana de Fátima Figueiredo Gomes, *Professora do Departamento Acadêmico de História da UNIR/RM, integrante do GPPGAE - Grupo de Pesquisa Política, Gestão e Avaliação da Educação Escolar e Coordenadora da Especialização Gênero e Diversidade na Escola*

**Resumo.** A pesquisa investiga o discurso político e identitário do periódico brasileiro *Lampião da esquina*, que circulou no Brasil entre 1978 e 1981. Publicado no período em que discussões sobre redemocratização política brasileira se fortaleceram (após 1964), o jornal se posicionou frente às esquerdas, bem como procurou delimitar uma identidade às comunidades homossexuais que, à época, encontraram espaço de debate e legitimação. A partir das reflexões dos Estudos Culturais, o trabalho avaliou o discurso identitário dos responsáveis pelo periódico, com atenção a duas seções: *Bofarada* e *Colírio*. Concluiu-se que o espaço político construído pelo periódico, foi acompanhado de uma estratégia exclusivista de definição identitária.

**PALAVRAS-CHAVE:** História da imprensa. Identidade Homossexual. Estudos Culturais. Fotografias.



## Introdução

O periódico brasileiro *Lampião da esquina* (1978-1981) é, ainda hoje, citado como referência nos debates sobre questões relativas à comunidade/cultura homossexual brasileira nas décadas de 1970/80,<sup>1</sup> e conta com relevante fortuna crítica em diferentes áreas de pesquisa. Em linhas gerais, destaca-se que os responsáveis pelo periódico enfrentaram, em plena ditadura civil-militar, o desafio de colocar em debate um tema sensível à moral nacional e promover representações positivadas da comunidade homoafetiva;<sup>2</sup> de tal forma que, para alguns autores, tratou-se de “[...] divisor de águas na construção de identidades gays” (PRADO, 2012, p. 109).

Nesse artigo, a intenção é refletir sobre os procedimentos de construção identitária promovidos pelo periódico *Lampião da Esquina*, cujos discursos sustentaram argumentos de pertencimento e exclusão. O trabalho está dividido em três partes, além da introdução e considerações finais: i) na primeira, discute-se de uma perspectiva teórica elementos críticos da relação entre identidade e sujeito histórico/político; ii) na segunda, apresenta-se o *Lampião da Esquina* em uma abordagem que prioriza seu contexto de inserção nas lutas políticas do período; iii) por fim, de uma perspectiva interna avalia-se as projeções identitárias promovidas pelo periódico por meio da análise da estratégia editorial materializada em duas seções: *Bofarada* e *Colírio*.

## Identidade e sujeito contingente

A pesquisa se insere nas discussões promovidas pelos Estudos Culturais, campo interseccionado de investigação, no qual as áreas de Comunicação, Sociologia, Antropologia, Filosofia, Crítica Literária, História – entre outras – articulam-se em busca de respostas para

---

<sup>1</sup>Observe-se, a título de exemplo, a importância conferida por José Augusto de Castro Heeren: “O objetivo era provocar discussão, conscientização e conferir visibilidade a esta parcela da sociedade e que três décadas depois culminaria em cenas como a reunião de aproximadamente três milhões de pessoas na Avenida Paulista durante a Parada do Orgulho LGBT de São Paulo em 2010.” HEEREN, José Augusto de Castro. *O armário invertido: comunicação e discurso sob a luz do lampião*. Dissertação (Mestrado em comunicação). Faculdade Casper Líbero, São Paulo, 2011, p. 49.

<sup>2</sup> Além do jornal *Lampião da Esquina* cumpre sublinhar a existência do *O Snob* que, circulou no Rio de Janeiro em período anterior – entre 1963 e 1969 –; fundado por Agildo Guimarães, *O Snob* “[...] o jornal se configurou como um veículo importante na expressão de narrativas gays que normalmente estavam escondidas na vida social.” MORRETTI-PIRES, Rodrigo Otávio. TESSER JÚNIOR, Zeno Carlos. KOVALESKI, Douglas Francisco. Homofobia e os socialistas brasileiros em “O Lampião da esquina” (1978-1981). *Revista Estudos Feministas*, v. 26, n. 03, Florianópolis, 2018, p. 02.



questões contemporâneas e promovem a desconstrução analítica de temas como cultura e identidade.

Investigações dos Estudos Culturais indicam a problemática das identidades e sugerem reconhecer que tais construções são projeções discursivas, que operam em processo de fluidez, embates, encontros e, principalmente, sendo estrategicamente utilizadas para atender aos interesses “[...] tanto [d]os setores hegemônicos como [d]os populares que querem apropriar-se dos benefícios da modernidade” (CANCLINI, 2008, p. XIII). Se houve um tempo em que mapear o que significava *ser* colonial, *ser* mulher, *ser* negro, *ser* trabalhador, *ser* popular – e *ser homossexual* – representava exercício político inquestionável, atualmente, há limites e críticas a esses projetos que devem ser apontados. O sujeito da emancipação humana, que na modernidade era algo quase palpável – estável, ainda que relacional – passou a ser lido nas chaves da contingência, assimetria e desorganização (HALL, 2006). Em consequência, a teoria e as políticas da cultura precisaram ser repensadas com a intenção de reconhecer novas possibilidades de sujeito. Dessa perspectiva, pensar o sujeito como dotado de uma essência seria reduzi-lo.

É importante retomar alguns aspectos das discussões culturais ocorridas nas décadas de 1960-1970, período no qual o *Lampião da Esquina* emergiu. A superação da noção de cultura como o *culto* que pertence às elites, a crítica das identidades nacionais, os processos de democratização e os movimentos da contracultura permitiram a emergência da noção de multiculturalismo que foi e, em alguns casos ainda é, considerado um avanço nas discussões sobre cultura/identidade, posto que permitiu o reconhecimento da especificidade de grupos que puderam ser identificados por seus compartilhamentos étnicos, de classe, gênero, nacionalidade, entre outros.

Adam Kuper – um antropólogo crítico do multiculturalismo, da pós-modernidade e dos estudos culturais – lembra que o multiculturalismo, alojado em instituições de pesquisa, tinha uma nítida faceta política, afinal, logrou incluir no *rol* da cultura saberes que historicamente foram excluídos: cultura operária, cultura feminina, cultura homossexual, cultura negra, cultura de minorias não agregadas às nações são alguns exemplares das “vitórias” do multiculturalismo



tanto no campo da pesquisa, quanto no campo das políticas culturais (KUPER, 2002).

Simultaneamente, o multiculturalismo tendeu a fixar práticas culturais como essenciais, fundamentais e exclusivas a determinado grupo – em outras palavras, fixou identidades. Em *Telling de true about the History* – texto de 1980, Joyce Apleby, Lynn Hunt e Margaret Jacob expressavam preocupação quanto aos rumos que o multiculturalismo tomava e temiam que este tomasse o lugar dos “velhos absolutismos intelectuais” depositos no pós-segunda guerra mundial:

Os apoiadores do multiculturalismo, como o movimento é hoje chamado, têm sido duramente criticados como propagandistas violentos, que valorizam uma linha politicamente motivada de interpretação mais do que a verdade. Eles têm sido acusados de exagerar deliberadamente as contribuições de minorias para que estas se sintam bem consigo mesmas às custas da imparcialidade e de um senso comum de identidade nacional (APPLEBY, HUNT, JACOB, 2011, p. 364).

Entendia-se, então, que o multiculturalismo e os movimentos identitários estavam repetindo as políticas culturais hegemônicas, porém, com ênfase na diversidade; tratava-se, do ponto de vista de seus críticos, de uma política de produção cultural, avessa a qualquer forma de contato que pudesse desestabilizar “formas” identitárias consideradas em perigo ou perseguidas. Encarada como luta, a preservação/construção identitária tinha como protagonista “[...] o ator cultural. [E] As políticas são ditadas pela identidade cultural e tratam do controle da cultura” (KUPER, 2002, p. 97). O ator cultural seria, portanto, depositário de uma identidade cultural estável e poderia orientar os demais membros do grupo rumo à emancipação.

As críticas contemporâneas ao multiculturalismo podem ser encontradas em diversos projetos intelectuais e políticos (pós-modernidade, decolonialismo, feminismo etc.). O argentino Néstor Garcia Canclini, por exemplo, afirma que multiculturalismo favorece a “vigilância do politicamente correto [que] às vezes asfixia a criação linguística e a inovação estética” (CANCLINI, 2008, p. 26), servindo para criar cotas para mulheres, negros, indígenas que suspendem requisitos básicos para o bom funcionamento das instituições e, mais, entrincheira realizações e misérias de grupos culturais “[...] no local sem problematizar sua inserção em unidades sociais complexas de ampla



escala” (Ibid, p. 27). Em suma, o multiculturalismo desarticula o potencial transformador da cultura.

No geral, o que se aponta é que defender a “essencialização” de determinadas identidades representa um risco tanto à fluidez característica da cultura, quanto às políticas sociais. A discussão foi encarada pelo pensamento da filósofa Judith Butler, quando a autora apela para o abandono de sujeitos políticos *a priori*, observando que embora sejam diferentes a depender do “universo” cultural em que estão imersos, operam de forma exclusivista, deixando de fora aqueles que não correspondem ao conjunto de exigências listados como fundamentais para que se lute aquela luta e, não outra. Butler elabora sua crítica considerando as matrizes do feminismo das décadas de 1970-80:

No feminismo, parece haver uma necessidade política de falar enquanto mulher e pelas mulheres, e não vou contestar essa necessidade. Esse é certamente o modo como a política representativa funciona [...]. Assim, concordamos que manifestações, esforços legislativos e movimentos radicais precisam fazer reivindicações em nome das mulheres. Mas essa necessidade precisa ser reconciliada com uma outra. No instante em que se invoca a categoria mulheres como descrevendo a clientela pela qual o feminismo fala, começa invariavelmente um debate interno sobre o conteúdo descritivo do termo. [...] Mas cada vez que essa especificidade é articulada, há resistência e formação de facções dentro da própria clientela que está supostamente unificada pela articulação de seu elemento comum. No começo da década de 1980, o “nós” feminista foi atacado com justiça pelas mulheres de cor que diziam que aquele “nós” era invariavelmente branco e que em vez de solidificar o movimento, era a própria fonte de uma dolorosa divisão (BUTLER, 1998, p. 24).

A citação, ainda que longa, sugere o ponto da partida das análises apresentadas no artigo. O exercício crítico de autores como Kuper e Butler inspiraram a abordagem do jornal *Lampião da esquina*; como se observará, o projeto editorial surgiu no contexto de emergência de grupos identitários, estimulados pelo avanço do debate sobre a democratização do país. A questão orientadora foi: como o *Lampião da esquina* se posicionou em relação aos temas políticos e identitários do seu tempo? Tendo a hipótese de que o jornal compôs o movimento do multiculturalismo e articulou uma identidade relacional: em relação à sociedade brasileira, pretendia ser inclusivo, em relação à comunidade



homossexual, excluía/objetificava agentes que não compunham o projeto identitário.

### ***Lampião da Esquina e a “luta maior”***

Em abril de 1978, a *Edição experimental número zero* de um projeto editorial singular na imprensa nacional chegava ao público; no editorial de lançamento, os responsáveis explicavam que o *Lampião da Esquina* tornara-se possível na medida em que a ditadura civil-militar (Saindo..., abr. 1978, p. 02), implantada no Brasil desde março de 1964, dava sinais de esgarçamento (DELGADO, 2015). Articulada às questões políticas, o regime ditatorial mobilizou ideais moralistas que, apesar de difusos, davam continuidade à perspectiva conservadora que marcava as relações sociais brasileiras. No que se refere à imprensa, censuras de cunho político e/ou moral foram, frequentemente, perpetradas pelos dirigentes ditatoriais. Conforme sublinha Carlos Fico:

[...] é possível distinguir a dimensão moral e a dimensão estritamente política seja na censura da imprensa, seja na censura de diversões públicas. Naturalmente, porém, prevalecia no caso da imprensa a censura de temas políticos, tanto quanto os temas mais censurados entre as diversões públicas eram de natureza comportamental ou moral (FICO, 2004, p. 91).

Após uma fase de institucionalização – anterior a dezembro de 1968 quando se decretou o AI-5 – ,<sup>3</sup> seguiu-se um período de intensa repressão que atingiu militantes tomados como parte da oposição ao regime; tratava-se de agentes que se identificavam ou foram identificados como a “esquerda brasileira”, terminologia que apesar de singular, incluía personagens com graus diversos (e, portanto, plurais) de adesão a posicionamentos lidos socialmente como de esquerda.<sup>4</sup>

---

<sup>3</sup>O AI-5 pode ser visto como o “golpe dentro do golpe” na medida em que suspendeu diversos direitos civis e políticos; no que se refere à comunidade homossexual, a bibliografia sugere que após o AI-5 muitos dos espaços de sociabilidade homossexual tornaram-se alvo da repressão estatal. PÉRET, Flávia. *Imprensa gay no Brasil*. São Paulo: Publifolha, 2011. Sobre o AI-5, ver o verbete do CPDOC: O AI-5. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/AI5> Acesso em: 12 Fev. 2023.

<sup>4</sup>Sobre as diferentes percepções do processo histórico iniciado em 1964 por sujeitos identificados com a esquerda, ver: SIQUEIRA, Gabriela Fernandes. PEREIRA, Henrique Alonso de A. R. *Visões de esquerda sobre o golpe de 1964 no Brasil*. Disponível em: <https://cchla.ufrn.br/humanidades/ARTIGOS/GT13/GT.13-VISOES%20DE%20ESQUERDA%20SOBRE%20O%20GOLPE%20DE%201964%20NO%20BRASIL.pdf> Acesso em: 21 Jan. 2023.



A despeito dessa diversidade, no período afirmava-se a ideia de que haveria uma *luta maior*, a luta de classes, e que essa deveria centralizar as iniciativas políticas. Resolvido o conflito de classes, outros temas sensíveis encontrariam solução. Tais posicionamentos guardavam contradições e disputas internas; questões que emergiram no decorrer da década de 1970, posto que, de acordo com Rosemeri Moreira:

A década de 1970 é apresentada pelos historiadores como sendo de intensa repressão política na sua primeira metade, ao mesmo tempo em que se acirravam as pressões populares públicas a favor da abertura política, por segmentos contrários ao regime militar e também de antigos aliados quando de sua instalação (MOREIRA, 2016, p. 56).

Nos anos finais da década de 1970, iniciou-se o processo que ficou conhecido como distensão ou transição democrática. Datam desse período alguns encaminhamentos fundamentais à redemocratização do Brasil: em 1978, ocorreram eleições para o Senado e para as câmaras federais e estaduais com importantes vitórias do Movimento Democrático Brasileiro (MDB); o governo de Ernesto Geisel chegou ao fim e, em agosto do ano seguinte, já sob a gestão de João Batista Figueiredo, a Lei da Anistia foi instituída, garantindo o retorno de vários militantes ao país. Nessa toada, a lei de pluripartidarismo foi homologada e ensejou a criação do Partido dos Trabalhadores e do Partido Democrático Brasileiro. Diante desse cenário, diversos grupos que antes enfrentavam dificuldades para expor suas pautas – fossem elas ligadas à política institucional ou não –, aproveitaram a situação para ocupar espaços e promover discussões. Em linhas gerais, tais grupos tinham um caráter identitário, ora mais estruturado ora mais fluído: mulheres, trabalhadores, negros e *gays* eram os termos que mobilizaram associações afetivas e políticas.

Em um texto clássico, publicado pela primeira vez em 1983, Edward MacRae observava que, nesse mesmo período, assistia-se a uma “[...] explosão do comportamento homossexual” (MACRAE, 2018, p. 51), referindo-se ao fato que gestos que indicavam uma identidade homossexual, podiam ser vistos em espaços públicos. MacRae associou a novidade ao novo contexto político, sendo de se destacar a ênfase do autor a dois pontos: a importância dos guetos homossexuais para criação de solidariedades e positivação da identidade sexual e o papel do jornal *O Lampião da esquina* neste novo cenário.



Com o título *Saindo do gueto*, o texto inaugural do número zero de *O Lampion da esquina* apontava para uma situação ambígua quando o problema eram os sujeitos homossexuais: de um lado, tais indivíduos, não tinham legitimidade diante da sociedade de maneira geral, posto que “[...] carrega[vam] o estigma da não reprodutividade numa sociedade petrificada na mitologia hebraico cristã” (Saindo..., abr. 1978, p. 02). Por outro lado, alguns desses sujeitos enfrentavam dificuldades no interior da própria comunidade homossexual (ou *gueto*) que, segundo o editorialista, impunha uma “cartilha de perpetuação e funcionamento” àqueles que dela quisessem participar: “[...] é preciso dizer não ao gueto e, em consequência, sair dele...” (Ibid). Em oposição a essas duas interpretações tidas como equivocadas, o *Lampion* vinha a público:

Lampion deixa bem claro o que vai orientar a sua luta: nós nos empenharemos em desmoralizar esse conceito que alguns nos querem impor – que a nossa preferência sexual possa interferir negativamente em nossa atuação dentro do mundo em que vivemos (Saindo..., abr. 1978, p. 02).

Ao número inaugural seguiram-se outras 37 edições, além de três números especiais. Se a edição inaugural anunciava na primeira página uma circulação restrita, as próximas alcançaram expressivos números de tiragem, entre 10 e 20 mil exemplares. O último número saiu em julho de 1981 (HEEREN, 2011, p. 33). O periódico contou, ao longo dos anos, com seções fixas como: *Esquina*, *Reportagem*, *Opinião*, *Ensaio* e *Entrevista*. Publicava sem constância, outras seções, a exemplo de: *Cartas na mesa*, *Troca-Troca*, *Bixórdia*, *Festim*, *Baforada*, *Colírio*, *Tendências*, *Roteiros*, *Nostalgia*, *Verão*, *Literatura* e *Ativismo* (Ibid, p. 67). Existem indícios de que a ideia do jornal nasceu a partir de uma visita de Winston Leyland – editor da revista *Gay Sunshine* – que em 1977, meses antes do lançamento do jornal, esteve no Brasil para divulgar o livro *Now the volcano: an anthology of latinamerican gay literature*, coletânea de textos que reunia nomes como João Silvério Trevisan, Gasparino Damata, Aguinaldo Silva e Darcy Penteado.

Além desses, nomes centrais na organização e publicação do jornal, cumpre citar Adão Costa, Antônio Chrysóstomo, Clóvis Marques, Francisco Bittencourt, Jean-Claude Bernardet, José Antonio Mascarenhas e Peter Fry, todos indicados como *Os senhores do conselho*, responsáveis por definir a linha editorial e gerir o projeto;



anunciava-se, ainda, a criação de uma editora dedicada à publicação de autores/obras homossexuais. O grupo defendia que abordar as relações: homossexuais-sociedade brasileira e homossexuais-homossexuais era um “compromisso histórico” do qual não poderiam se furtar. Dessa perspectiva, afirmaram que o *Lampião* compunha o rol de impressos tidos como alternativos, o que de acordo com uma nota publicada no número inaugural, significava dar ênfase a assuntos que a grande imprensa da época considerava “não prioritários” (SCHULTZ, BARROS, 2011).

Sublinhe-se que, como é recorrente em periódicos que logram publicar mais do que alguns poucos números, o *Lampião da Esquina* teve sua trajetória dividida em, pelo menos, três fases, tendo em vista os temas que debateu. Na primeira, dedicou-se a questionar discursos médicos, religiosos e jurídicos que menosprezavam as populações homossexuais; na segunda fase, marcada por maior ativismo político, o jornal incluiu outras pautas além da luta contra a homofobia – racismo, machismo e as dificuldades das populações indígenas, por exemplo. Uma última fase, caracterizou-se por inovações de pauta que incluíam reportagens sobre temas controversos como a prostituição masculina e campanhas por uma arte erótica (HEEREN, 2011). Avalia-se, ainda, o papel do periódico na mobilização, politização e demarcação de posições não heterossexuais; nesse ponto, destaca-se não somente a oposição aos setores conservadores, como também à própria comunidade homossexual (GALLAS, OLIVEIRA, 2012).

A luta contra a ditadura ganhava força e deixava evidente que era um processo irreversível; enquanto os militares e civis apoiadores do governo trabalhavam no sentido de positivar as movimentações de 1964 e ocultar os crimes cometidos em nome da nação, os grupos identificados como de esquerda visavam unificar seus interesses (STARLING, 2015). Tarefa difícil, afinal, uma diversidade de interesses políticos ganhava contornos. Neste ponto, se colocava o debate identitário. A partir da década de 1960 e, especialmente, após o maio de 1968 tornou-se perceptível uma espécie de fragmentação das lutas políticas cuja explicação, embora demande um estudo caso a caso, esteve relacionada em largo espectro às críticas que apontavam para os limites dos grandes modelos explicativos. Conforme aponta a bibliografia, até 1980, os movimentos sociais na América Latina tinham fortes vínculos com as teorias marxistas, que aportavam de diferentes



formas em diversos países no continente. Segundo Cleide Magali Santos (2015, p. 174), “[...] ao identificar apenas uma possibilidade de sujeito da transformação social, tais teorias teriam se absterido de considerar a complexidade das situações e agentes concretos de cada luta social.” De acordo com James Green (2000), à época, alguns setores entendiam que temas como sexismo, racismo e homofobia poderiam comprometer a unidade na luta contra a ditadura civil militar, liderada pela esquerda clássica. Emergia assim a ideia de que tais grupos, entendidos como minorias, deveriam apoiar, mesmo que às margens, a revolução que transformaria a estrutura social brasileira para depois, verem contemplados seus interesses (TREVISAN, 2002, p. 338).

A ausência de compartilhamentos entre *esquerda* e homossexuais foi largamente denunciada pelo *Lampião da esquina*. No primeiro número, Aguinaldo Silva mencionou essa tensão ao tratar do assassinato de Gabriel Garcia Lorca. Segundo o autor, citando Salvador Dalí, o fuzilamento de Garcia Lorca foi a melhor coisa que poderia ter acontecido, afinal, “[...] mais cedo ou mais tarde seria repudiado pela esquerda espanhola, se o fuzilamento não o transformasse num mártir pela democracia” (SILVA, abr. 1978, p. 04). A perseguição da direita conservadora causava menos espanto do que a má vontade das esquerdas internacionais de incluírem a pauta homossexual entre seus projetos (Na Argentina..., dez. 1978, p. 06). De tal forma que era possível afirmar: “[...] os homossexuais são bodes expiatórios tanto da direita quanto da esquerda repressiva. Esse é um bom motivo para eles começarem a contar sua própria história. No Brasil também” (TREVISAN, 1978, p. 12).

Na interpretação defendida pelo jornal, a atuação política para sujeitos homossexuais seria ainda mais complicada, posto que demandaria legitimação para além da classe, afinal, mesmo a esquerda mais revolucionária não deixava de associar o comportamento homossexual à decadência moral, particularmente, das classes opressoras. Assim, no interior do projeto editorial a luta contra ditadura e pela revolução se tornava secundária diante da necessidade de conscientizar a sociedade da falta de direitos dos homossexuais.

Vocês querem saber se o movimento guei é de esquerda, de direita ou de centro, não é? Pois fiquem sabendo que os homossexuais estão conscientes de que para a direita constituem um atentado à moral e à estabilidade da família, base da sociedade. Para os esquerdistas,



somos um resultado da decadência burguesa. Na verdade, o objetivo do movimento guei é a busca da felicidade e por isso é claro que nós vamos lutar pelas liberdades democráticas. Mas isso sem um engajamento específico, um alinhamento automático com grupos da chamada vanguarda (Negros..., mar. 1979, p. 09).

O periódico mantinha posição favorável à democratização do país, mas negava o alinhamento com a esquerda, tendo em vista a expectativa desse setor de que os grupos homossexuais deixassem suas pautas para um *momento oportuno*; situação que era reforçada por posicionamentos de lideranças da esquerda, caso de Luís Inácio da Silva. Na bastante citada reportagem feita pelo jornal intitulada *Alô, alô, classe operária: e o paraíso nada?*, a equipe do jornal narrou ter tomado conhecimento de uma tese produzida pela USP “provando que não há homossexualismo na classe operária”; diante da pesquisa, cujo título não foi mencionado, os membros do *Lampião* decidiram realizar uma investigação junto às lideranças sindicais do Rio de Janeiro e de São Paulo. De Luiz Inácio Lula da Silva, que construía seu protagonismo político, obtiveram a seguinte resposta: “Homossexualismo na Classe Operária? Não conheço. Feminismo? Eu acho que é coisa de quem não tem o que fazer” (*Alô, alô...*, 14 Jul. 1979, p. 09). Os responsáveis pela reportagem afirmaram que apesar de posicionamentos como o citado, existiam sim homossexuais junto ao operariado, assim como existiam feministas e sujeitos identificados com a luta antirracismo. Contudo, tais indivíduos viam seus interesses limitados pela “vanguarda da normalidade” (Ibid).

Se a vanguarda brasileira se apegava à normalidade, o *Lampião da esquina*, além de apresentar um discurso diverso sobre as experiências homossexuais, abria espaço a outros grupos. Na edição de número 04, o periódico respondeu críticas que recebia de outras folhas alternativas (caso do *Pasquim*) e abriu espaço para minorias outras. Na seção *Esquina*, dedicada a comentar ideias/eventos que se realizavam no país, publicou o texto *A praça é dos negros*, no qual comentava uma manifestação ocorrida em São Paulo por ocasião do assassinato de um rapaz negro pelas forças policiais paulistas. Além de discorrer sobre o evento, entrevistou-se Clóvis Moura – presidente do Instituto Brasileiro de Estudos Africanistas (IBEA). Moura explicou que, da sua perspectiva, “[...] o negro brasileiro foi marginalizado por um processo histórico e através de uma tática de colonização, que tirou dele a consciência étnica”. Assim, as diversas entidades negras surgidas no final de 1970



teriam a função de conscientizar e positivar as novas gerações negras sobre sua condição e, arrematou:

[...] o problema do negro não está diversificado dos problemas da sociedade brasileira no seu conjunto. Nós vemos que o problema do negro está bem ligado ao problema da democracia e dos direitos humanos. [...] Porque na medida em que não há democracia a opressão sobre determinados grupos se manifesta de maneira ainda mais violenta, e o racismo começou a se manifestar violentamente (MOURA, 25 ago.-15 set, 1978, p. 06).

Temas como racismo, machismo e a questão das populações originárias foram pautas frequentes no *Lampião da esquina* que se colocava como espaço de expressão para grupos/sujeitos que não eram bem recebidos na imprensa em geral. Pode-se, portanto, afirmar que o jornal procurou ampliar as pautas políticas que se fortaleciam em um ambiente que anunciava a democratização. Temia-se que, uma vez efetivada a mudança de regime político no país, debates que historicamente haviam sido alijados da esfera pública não conseguissem se sedimentar em um novo sistema jurídico e político.

Quantos de nós, interessados nessas definições, já não ouvimos por toda parte algum comentário sobre a irrelevância desta luta, que seria sempre secundária em relação à luta principal – isto é, a da transformação geral da sociedade? (Um pouco como era “irrelevante” a luta de classes interna ao Brasil pré-64, face à luta “mais ampla”, que deveria congrega a todos, contra o capital estrangeiro? E deu no que deu (MARISA, 25 maio-25 jun., 1978, p. 02).

Se, se pode afirmar que o *Lampião da esquina*, tinha como prioridade combater o discurso estabelecido a respeito dos homossexuais, seu editorial não deixou de observar que outras pautas também sofriam com a mesma dificuldade: o não reconhecimento pelos setores da esquerda. Decorrem dessa percepção as críticas publicadas pelo jornal sobre os setores sindicalistas e do operariado brasileiro que, gradativamente, assumiam a liderança da política progressista brasileira. Não se criticava a esquerda por suas pautas, mas pelo limite dessas pautas.

O *Lampião da esquina* pretendia, a exemplo de outros grupos sociais e identitários, ampliar a noção de sujeito político que se encontrava centrada na figura do proletariado (ou, em alguns casos, do camponês) revolucionário que subverteria o sistema de produção. Na



leitura do jornal, deveria ocorrer uma articulação desse interesse estrutural aos objetivos de comunidades específicas – negros, mulheres, indígenas e homossexuais. Os redatores se viam como responsáveis por promover esse debate e assumiam a função de sujeito político da agenda homossexual.

Na sequência, a pesquisa busca avaliar como o periódico se posicionou em relação à comunidade homossexual; o eixo de investigação são duas seções fotográficas – *Bofarada* e *Colírio* -, cujas características são avaliadas tendo em vista as seguintes questões: é possível identificar um projeto político-identitário defendido nas seções? Com quais recursos o periódico construiu os argumentos nessas seções? Quais identidades a seção promoveu/construiu? E quais os limites para essa construção identitária?

### ***Lampião da esquina e o sujeito da luta homossexual***

Em *Além do Carnaval*, uma das obras mais citadas para se referir à questão homoafetiva no Brasil, o norte-americano James Green explica que desde o início do século XX existiram periódicos – sempre discretos – cuja abordagem relacionava-se à temática *gay*. O autor aponta, que diante do conservadorismo da sociedade brasileira, algumas revistas utilizavam linhas editoriais heterossexuais para disseminar um conteúdo de interesse homossexual; assim eram, por exemplo, alguns periódicos dedicados ao fisiculturismo da década de 1950 que, segundo o autor, disfarçavam certo homoerotismo.

As revistas ofereciam um estímulo excitante para a sexualidade solitária, acobertada pela fachada de uma publicação esportiva, e este era um dos poucos caminhos pelos quais os indivíduos isolados distantes do Rio ou de São Paulo, tinham acesso constante a uma “leve” pornografia atlética (GREEN, 2000, p. 270).

Em 1976, o *Gente Gay* foi lançado. Tratava-se de publicação mais explícita, situação de exposição que, nas condições da época, era contornada pela estratégia de manter a circulação restrita a alguns grupos; diferente das imagens de homens com corpos definidos das revistas esportivas, ressaltava-se a imagem da travesti que aparecia em fotografias de primeira página; deve-se registrar que no miolo do jornal, encontravam-se “[...]fotos de homens em nu frontal, extraídas de publicações *gays* internacionais, em todos os números” (Ibid, p. 421-22).



Essas estratégias discursivas diversas podem ser interpretadas tendo em vista as colocações de Michel Foucault para quem, ao longo do século XIX, saberes médicos, jurídicos e literários promoveram instrumentos de controle de um comportamento lido na chave da “perversidade” de uma suposta natureza humana. O autor chama a atenção para o processo que se desenrola no mesmo esquadro e com o mesmo vocabulário, mas que tem como sujeitos justamente aqueles/as que foram anteriormente desqualificados/as e, que, sob circunstâncias específicas passam a exigir legitimidade e o reconhecimento de sua *naturalidade*.<sup>5</sup>

Peter Fry apresentou dados que corroboram a análise de Michel Foucault, ao demonstrar que, também no Brasil, os homossexuais foram alvos do discurso médico e que, no campo da linguagem, existiram disputas e invenções particularmente brasileiras que permitiram singularizar certas identidades homossexuais no país (FRY, 1982). Ainda que não exclusivamente, os periódicos mencionados há pouco e seus promotores podem ser vistos como agentes que se colocaram a tarefa de definir/afirmar uma existência própria, ou seja, ao invés de se submeter às definições provenientes de sujeitos outros, procuravam construir uma noção de si e exercer uma agência na superação dos limites que lhes eram impostos. Nos termos do jornal *Lampião da Esquina*:

As lutas das mulheres, dos negros, dos homossexuais, dos índios, dos prisioneiros – categorias historicamente silenciosas – têm nos ensinado que a História tem sujeitos e objetos, aqueles que falam e aqueles de quem se fala, mas também que os sujeitos variam deste processo (MARISA, 25 maio - 25 jun., 1978, p. 02).

É plausível supor a existência de outros projetos editoriais que em função de circunstâncias políticas, culturais e econômicas não conseguiram se estabelecer; a singularidade do *Lampião da Esquina* estava no fato de que se tratava de um programa que intentava alcance nacional e procurava definir “concretamente” o que significava ser homossexual (Ibid).

---

<sup>5</sup>Nas palavras do autor: [...], mas isso também tornou possível a formação de um “discurso “reverso””: a homossexualidade começou a falar em seu próprio nome, a exigir que sua legitimidade ou “naturalidade” fossem reconhecidas, muitas vezes no mesmo vocabulário, usando as mesmas categorias pelas quais eram medicamente desqualificadas. FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade* v. 2: O Uso dos Prazeres, Rio de Janeiro: Graal, 1984, p. 84.



Para compreender a dimensão político/identitária do periódico e, em específico, das seções *Bofarada* e *Colírio* deve-se recordar que na segunda metade do século XX, alguns espaços tornaram-se “zonas liberadas” – bares, boates, teatros, cinemas – foram ocupados com certa liberdade por sujeitos homossexuais (GREEN, 2000, p. 226); mas, dada moral das instituições policiais e médicas, tais ambientes eram alvo de repressão.<sup>6</sup> Em consequência, as sociabilidades públicas foram transferidas para ambientes privados e surgiram as “turmas”, cujo objetivo era a manutenção de elos de vivência, diversão, amizade, sexo e, também de reflexão sobre as condições e perseguições sofridas por homossexuais.<sup>7</sup>

Um exemplo dessa dinâmica foi a criação da Turma Ok, em 1961, quando alguns amigos passaram a ser encontrar periodicamente nas casas uns dos outros. Nessas ocasiões, havia espaço para debater temas variados mas, principalmente, para a publicidade relativa de sexualidades dissidentes. Thiago Soliva que estudou a Turma Ok, colheu depoimentos entre os integrantes de primeira hora do grupo que revelam as dificuldades para existir, resistir e se proteger na época.<sup>8</sup>

---

<sup>6</sup>Embora a homossexualidade não fosse punida no Código Penal Brasileiro, as leis contra vadiagem, perturbação da ordem pública e prática de atos obscenos em público davam espaço à repressão policial que atingia, sobretudo os mais pobres e de pele mais escura. No Rio de Janeiro dos anos de 1950 e 1960, a perseguição policial aos homossexuais era uma ameaça constante, encarnada na figura do delegado Raimundo Padilha, que encabeçou campanhas de prisão de homossexuais destinadas a “limpar” o Centro da cidade e a Zona Sul. Muitos desses considerados “delinquentes homossexuais” passavam das mãos da polícia para a dos médicos e legistas.” SIMÕES, Júlio. FACHINI, Regina. *Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009, p. 35.

<sup>7</sup>Entre 1950/60, diante da perseguição aos sujeitos homossexuais, surgiram pequenos grupos que se reuniam em ambientes privados nos quais podiam se expressar/comportar mais livremente. “Essa rede de sociabilidade era fortemente endógena [...] Trata-se de estratégia inovadora de sociabilidade homossexual presente nos grandes centros urbanos, no Brasil, formada para o enfrentamento de ambiente hostil a suas formas de expressão sexual e comportamental.” Ver: COSTA, Rogério da Silva Martins da. *Sociabilidade homoerótica masculina no Rio de Janeiro na década de 1960: relatos do jornal O Snob*. (Dissertação de Mestrado) CPDOC, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, RJ, 2010, p. 9.

<sup>8</sup>É válido citar o depoimento de Agildo Guimarães em entrevista a Rogério Costa, citada por Thiago Soliva, o personagem que integrou a Turma Ok memorou: “Podemos até dizer que nós éramos “desbravadores”, porque realmente era muito cedo para fazer reuniões. Tanto é que depois de... nós fazíamos reuniões primeiro nas residências em que a gente morava e depois nos clubes, porque a coisa foi crescendo muito. Agora, atravessamos muitas dificuldades com isso, sabe? Porque primeiro você não podia... Ainda bem que tinha aquelas mulheres como associadas, porque encobria a coisa, sabe? Não se podia bater palma, palma [Agildo nesse momento bate com as mãos para mostrar o ato], a gente batia palma assim [estala os dedos], entendeu? Uma série de coisas que a gente enfrentou e fomos levando até hoje.” SOLIVA, Thiago. Sobre afetos e resistências: Uma análise da trajetória da Turma OK (Rio de Janeiro, Brasil). *Sexualidad, Salud y Sociedad*, n. 31, Abr. 2019, p. 67.



Esse processo foi descrito como “guetificação voluntária”, afinal, aqueles/as que aderiram a esse comportamento agiam de acordo com as exigências da sociedade: “O segredo estava em não mostrar, não deixar transparecer, não se diferenciar do comportamento de gênero de um homem ‘normal’. A tolerância podia ser abrangente se não se tornasse ‘público’ esse comportamento (FIGARI, 2007, p. 374-75).” Muitos sujeitos, portanto, lidavam com duas “normalidades” cotidianas: a normalidade heterossexual adotada nos espaços públicos e normalidade homossexual experimentada nas redes de sociabilidade de ambientes privados. Nestes últimos, as análises sugerem que a sensação de segurança e liberdade, e o compartilhamento de interesses forjaram uma *comunidade imaginada gay* (COSTA, 2007, p. 35). Situação que deve ser vista também como uma forma de inserção mais conservadora do que revolucionária.

Na primeira parte desse trabalho, avaliou-se como se deu a relação, nem sempre amistosa, do periódico com o contexto político externo, especificamente, com a esquerda brasileira que experimentava um processo de unificação frente à ditadura. Nesse ponto, interessa perceber como o jornal se colocou frente à própria comunidade homossexual caracterizada por esse comportamento de adequação aos padrões de gênero e *guetificação*; argumenta-se que o jornal estava imerso no processo de constituição dos movimentos identitários e se, externamente, apresentava um programa inclusivo, afinal, defendia maiores direitos à população *gay*, internamente, deve-se avaliar como o periódico delimitou uma identidade homossexual legítima.

Tomam-se como objeto de análise duas seções do periódico: a seção *Bofarada* e *Colírio*. Esses dois projetos editoriais podem ser vistos *exemplos exemplares* do programa defendido pelos responsáveis por *Lampião da esquina* que, pautava-se na premissa de sujeitos homossexuais deveriam assumir uma identidade pública, visível:

O que nos interessa é destruir a imagem padrão que se faz do homossexual, segundo a qual ele é um ser que vive nas sombras, que prefere a noite, que encara sua preferência sexual como uma espécie de maldição, que é dado aos ademanos e que sempre esbarra em qualquer tentativa de se realizar mais amplamente enquanto ser humano, nesse fator capital: seu sexo não é aquele que ele desejaria ter (Saindo..., abr. 1978, p. 02).



Evidencia-se que os responsáveis pelo jornal pretendiam superar uma lógica de comportamento adotada pelos próprios homossexuais, qual seja, a de viver de forma discreta, nas sombras. Como lembra Trevisan, a maioria dos envolvidos nas discussões sobre a temática homossexual “[...] admitia francamente se achar anormal” e achava adequado reproduzir padrões de gênero em público e manter clandestinas as experiências homossexuais (TREVISAN, 2002, p. 337)”. No final dos anos de 1970, as discussões sobre a visibilidade da identidade homossexual emergiram, como se pode perceber, no editorial já citado, *Saindo do Gueto* no qual se pode ler: “[...] é preciso dizer não ao gueto e, em consequência, sair dele (Saindo..., abr. 1978, p. 02).” O jornal, na sua integralidade, representava um esforço de construção de uma visibilidade à população homossexual, ao mesmo tempo em que questionava os discursos depreciativos dos quais eram tais sujeitos eram objeto.

Dentre as estratégias do jornal sublinha-se o esforço no sentido de expor o *corpo masculino como objeto de desejo homossexual*. Em vários números, os editores tensionaram os limites do que poderia e do que não poderia ser exposto quando o tema eram corpos de sujeitos identificados como homossexuais ou como objeto de desejo homossexual. Em dezembro de 1978, a reportagem *Quem resistirá a esse verão?* estampou oito fotografias de homens na praia de Copacabana e teceu críticas à revista *Manchete* que expunha apenas o corpo feminino (Quem resistirá..., dez. 1978, p. 05). Como periódico alternativo, o *Lampião* mantinha-se coerente à ideia de dar visibilidade aos temas não prioritários da grande imprensa; porém, dado caráter inovador da proposta, existiram resistências.

Pouco tempo depois, na edição de número 09, publicada em fevereiro de 1979, o jornal imprimiu outra reportagem intitulada *Mas copa ainda tem seus cantores*, na qual avaliava as mudanças (negativas) no bairro carioca e indicava a permanência de certos atrativos: a página exibiu um conjunto de seis fotografias de homens, banhistas e surfistas, frequentadores da praia. Observe-se que, apesar de algumas fotos procurarem enquadramentos de cotidiano e espontaneidade, dava-se especial destaque às partes descobertas dos modelos. É o que se pode avaliar na última foto, na qual a parte superior do corpo foi “cortada” e se enfatizou o peitoral nu de um homem – que, inclusive, não parecia ser um dos *cantores de Copacabana*.







A reação do público foi imediata. A censura política não condenou o jornal, mas alguns leitores demonstraram insatisfação com a opção: “Discordo de vossa ‘linguagem revolucionária’ quanto à publicação de nus [...]”, afirmação que era seguida pela constatação de que o jornal adotava uma postura incoerente, posto que, afirmava não objetificar as pessoas, mas ao invés de temas urgentes dava “[...] colírios aos masturbadores de banheiro? (Cartas..., mar. 1979, p. 14).”

A resposta da equipe editorial serve de indício de que a ideia de cotidianizar o corpo masculino nu como objeto de desejo homossexual já estava presente antes mesmo da existência de seções dedicadas exclusivamente ao tema. Segundo os responsáveis, publicizar “[...] belos corpos masculinos endereçados como tais, a olhos não menos masculinos [...]” era uma atitude revolucionária em muitos sentidos, especialmente, porque representava os “[...] valores de uma possível ‘cultura’ homossexual brasileira sendo estampados em jornal vendido nas bancas (e catalogado pela Censura Federal) (Cartas..., mar. 1979, p. 14).”

De acordo com Sérgio Lima dos Santos, na mesma época dissidências ideológicas entre os responsáveis pelo projeto começaram a aparecer. Para alguns dos envolvidos, o *Lampião* não deveria adotar termos autorreferenciais como *bichas e bonecas* que apareciam com frequência nas primeiras páginas – os críticos internos entendiam que tais escolhas discursivas reforçavam a discriminação e que ao valorizar determinados *tipos* de homossexuais, o jornal fortalecia binarismos como hetero/homo, macho/fêmea – característicos da cultura heterossexista (SANTOS, 2011). As discordâncias internas se aprofundaram com a escolha editorial de publicar fotografias de homens com teor erótico.<sup>9</sup>

Em março de 1980, surgiu a seção *Bofarada*. Tratava-se um projeto fotográfico desenvolvido por Dimitri Ribeiro – que respondia por outras fotografias publicadas no jornal; homens, no geral jovens,

---

<sup>9</sup>Como se viu, o jornal insinuava o erotismo e nudismo masculino, e a partir de 1979, *cards* publicitários do *Lampião* foram inseridos nas últimas páginas com a intenção de atrair assinantes. Havia ainda, algumas gravuras feitas por artistas com o mesmo tema. Segundo explicação da própria redação, muitos leitores se interessavam pelos modelos que apareciam nos *cards* e escreviam ao jornal, situação que estimulou a publicação de novos materiais como o mesmo tipo de conteúdo. É válido ressaltar que existia um apelo comercial nessa estratégia, pois tais conteúdos serviram para atrair novos leitores.



eram fotografados em poses eróticas; se antes o *Lampião* associava, como se viu, tais conteúdos a uma linguagem revolucionária necessária para tratar da cultura homossexual, nas primeiras edições de *Baforada* a redação não eliminou a possibilidade de a ação ter, exclusivamente, cunho sexual.



**Figura 2:** Primeira edição da seção *Bofarada*. Observe-se o conselho da redação aos leitores e leitoras: "Tranquem-se no quarto, meninos e meninas, e mãos à obra..."



**Fonte:** *Lampião da esquina*, Rio de Janeiro, Mar. 1980, p. 09. Disponível em:



<http://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2019/04/26-LAMPIA-O-DA-ESQUINA-EDICAO-22-MARCO-1980.pdf> Acesso em: 25 Mar. 2023.

Nas edições de número 23, 24 e 25 a seção *Bofarada* exibiu fotografias de homens que eram vistos como objeto do desejo homossexual – o consumo das fotografias era orientado por textos que sugeriam o desejo por uma certa ideia de masculinidade hegemônica. Ou seja, não superava os padrões da heteronormatividade.

No ensaio *Da hierarquia à igualdade* (1982), Peter Fry procurou mapear os principais conceitos que circulavam no universo de representações homossexuais brasileiras na década de 1970. O autor destacou o termo *bicha*, encontrado nas periferias de grandes cidades, no qual estava embutida a ideia de que padrão desviante não seria o comportamento homossexual, mas o comportamento homossexual associado a transgressões de identidade de gênero. Já, para as classes médias cariocas e paulistas, Fry indicava a emergência do termo *entendido*, conceito que teria superado a hierarquia de gênero, reduzindo o espaço da assimetria feminino/passivo versus masculino/ativo. Nas palavras de Carmen Dora Guimarães, que estudou a emergência dos entendidos no Rio de Janeiro:

A negação desta diferenciação ideológica ativo (masculino)/passivo (feminino) também pertence ao ethos dos indivíduos do network e orienta suas relações sócio-sexuais. Para eles, a questão do ativo e passivo não se coloca – tudo é “transa”. Definem a relação como homossexual como ambos os parceiros da relação. (GUIMARÃES, 1977, p. 110)

Os pesquisadores do movimento homossexual brasileiro explicam que tais termos, longe de dar conta dos múltiplos aspectos dos processos de identificação, podiam servir apenas para designar a função desempenhada pelo indivíduo no ato sexual, a exemplo de Bofe (ativo/masculino), bicha (passivo/feminino) e, entendido, aquele que: “[...] preferia um termo de definição de sua identidade que refletisse uma *persona* pública mais resguardada. Além disso, MacRae sugeriu que o entendido adotava um novo comportamento sexual “igualitário”, que não imitava a díade ativo/passivo, masculino/feminino associado à interação tradicional, hierárquico homem/bicha (GREEN, 2000, p. 308).”



A partir dessa compreensão é possível sugerir alguns elementos da noção de identidade homossexual promovida pelo *Lampião da esquina*. De um lado, já se sabe que os responsáveis pelo periódico defendiam a superação dos guetos e da clandestinidade das experiências *gays* o que, indica que não reconheciam legitimidade daqueles que preferiam a discrição e deixavam dúvidas quanto ao seu comportamento sexual. O mesmo *Lampião da esquina* não via com bons olhos a emergência de grupos bissexuais, vistos como sujeitos que negavam a identidade homossexual e que, portanto, não assumiam posição na luta pelos direitos civis e políticos.<sup>10</sup>

O nome da seção – *Bofarada* – sugere uma identidade homossexual baseada no binarismo masculino/feminino com ênfase nos sujeitos que se aproximavam dos comportamentos socialmente entendidos como femininos. Na época, os bofes (de onde provém o título *Bofarada*) não eram considerados homossexuais – pelo próprio grupo – posto que assumiam a posição social de macho/ativo; de outro lado, as bichas – termo que frequentemente era utilizado pela equipe do jornal para se referir ao grupo que compunha a redação – eram efeminados/passivos e, portanto, homossexuais. Nos dizeres de James Green: “[...] a masculinidade era a essência de ser um bofe, enquanto a feminilidade a essência de ser uma bicha ou boneca” (GREEN, 2000, p. 303). É importante ressaltar que, no já citado ensaio do Peter Fry, o autor observa que o uso do termo bicha pelos grupos de classe média das grandes cidades, tinha um objetivo político e tensionava, justamente, as identidades estanques.

Quando o jornal, finalmente, conseguiu exibir fotografias de nu frontal, a estratégia editorial ganhou novas explicações. As fotografias feitas por Vânia Toledo compunham o livro *Homens* que apresentava 31 imagens, das quais três foram reproduzidas em *Lampião da esquina*. Segundo o autor do texto *Finalmente: o nu frontal!*, que acompanhava/explicava as imagens, a ideia era superar o tabu da nudez masculina e construir uma “permissividade” com libertação, que conduziria a um consumo sadio do obsceno e do pornográfico. Em tempo, elogiava-se a qualidade das fotografias que cumpriam a função

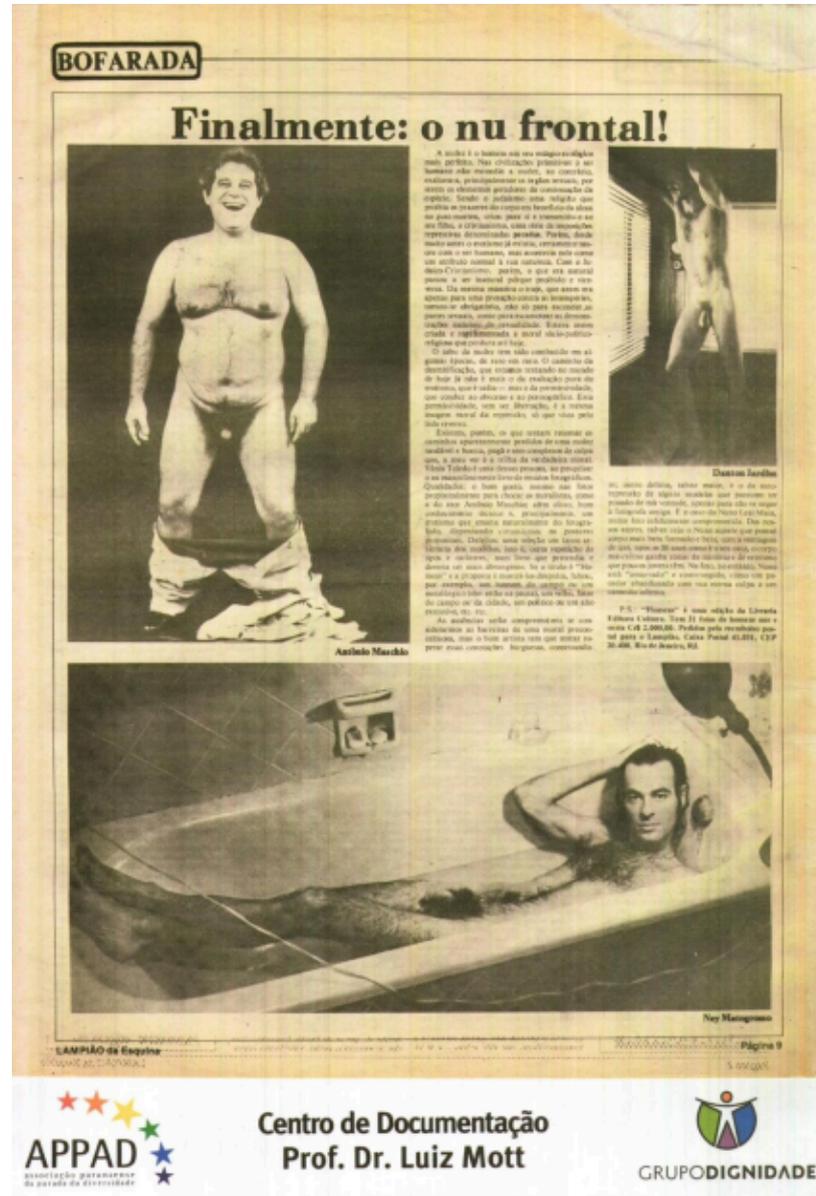
<sup>10</sup>“Tudo isso é para pedir que não nos venham querer culpar agora por esse verdadeiro *boom* homossexual que está pintando nas paradas. Nada temos a ver com os “bissexuais” que todas as semanas vêm confessar o público nas grandes revistas de circulação nacional sobre as técnicas que usam para atender a cama a seus cônjuges de ambos os sexos.” Deus nos livre do “*boom gay*”, *Lampião da esquina*, Rio de Janeiro, Abr. 1980, p. 04.



de chocar os moralistas; ainda assim, criticava-se “[...] uma seleção um tanto arbitrária dos modelos, isto é, certa repetição de tipos e caracteres [...], faltou, por exemplo, um homem do campo ou um metalúrgico (eles estão na pauta) [...]” (Finalmente..., ago. 1980, p. 09), e, questionava-se o constrangimento de alguns modelos com a exposição do próprio corpo.



**Figura 3:** Seção *Bofarada* estampou nus frontais masculinos e expressou a ideia de que não se tratou de uma ação fácil com o título: Finalmente: o nu frontal!



**Fonte:** *Lampião da esquina*, Ano III, n. 27, Rio de Janeiro, Ago. 1980, p. 09.  
Disponível em:

<http://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2019/04/31-LAMPIAO-D-A-ESQUINA-EDICAO-27-AGOSTO-1980.pdf> Acesso em: 28 Mar. 2023.

É importante esclarecer que, nesse caso, não se pode atribuir tonalidades de erotismo a todas as fotos. A de Antonio Maschio, por



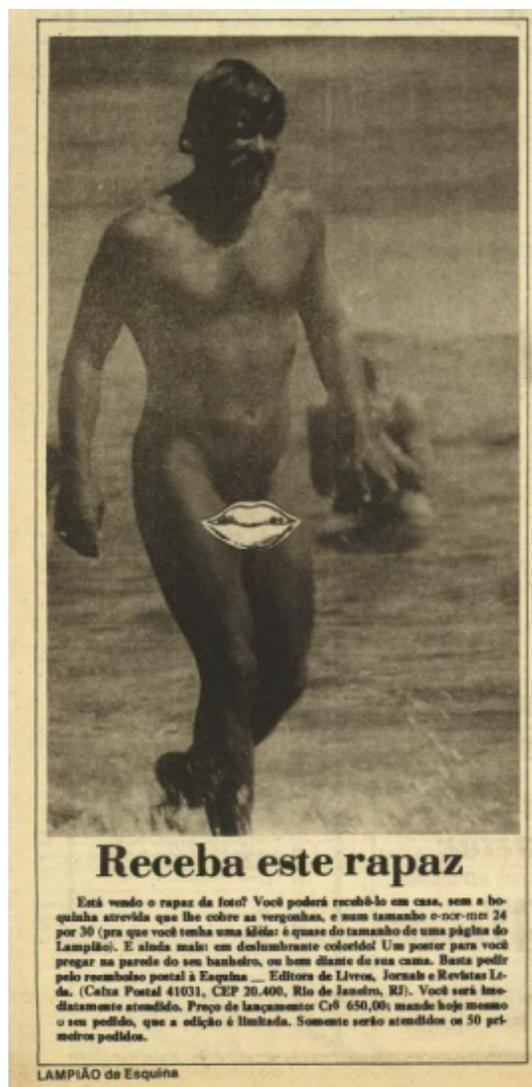
exemplo, é descrita como uma provocação à sociedade moralista, ou seja, àquela que construía discursos que limitavam, discursivamente, a existência social e política de alguns grupos, como os homossexuais.<sup>77</sup>

Sintomaticamente, o número seguinte do jornal saiu atrasado, o que foi justificado pelas muitas obrigações dos responsáveis pela administração do projeto; na seção *Cartas na mesa*, fez-se questão de publicar a correspondência de um leitor que felicitava o jornal por ter publicado as primeiras fotos de nu masculino (*Cartas...*, set. 1980, p. 19). Os números 29 e 30 não apresentaram novas fotografias; nos números seguintes, o jornal continuou a insistir na retórica de uma arte erótica que explorasse o corpo masculino nu como objeto de desejo homossexual. Mas, parecia haver um desconforto em repetir o feito da edição de agosto de 1980.

É o que pode supor, por exemplo, no número 30 quando o jornal passou a vender *posters* produzidos pela Esquina (a editora do *Lampião*). Neste caso, o nu frontal pelo qual o jornal tanto se empenhou nas edições anteriores, foi censurado pela própria equipe. Além de discordâncias internas sobre a utilização ou não de nus frontais masculinos, pode se especular se a ideia de *não mostrar tudo* poderia ser uma estratégia comercial dos responsáveis pelo periódico. Percebe-se que o projeto que se iniciou como uma crítica à cultura visual da grande imprensa sempre disposta a expor o corpo feminino, ganhava contornos comerciais. No número seguinte, publicado em dezembro de 1980, o *Lampião da esquina* anunciou a venda de um calendário de nus masculinos, e em janeiro de 1981, os leitores poderiam adquirir um álbum com dez fotos coloridas em formato 9x14 por, “apenas Cr\$ 1.000,00” (*Nosso papai Noel...*, dez. 1989, p. 11).



**Figura 4:** Peça publicitária de poster produzidos e vendidos pela Esquina, editora que respondia pelo *Lampião da esquina*.



**Fonte:** *Lampião da esquina*, Rio de Janeiro, Nov. 1980, p. 11. Disponível em: <http://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2015/11/30.pdf> Acesso em: 28 Mar. 2023.

Os usos comerciais de nus masculinos continuaram, de forma difusa, nas edições seguintes. Foi somente no número 35, que surgiu a seção *Colírio* que visava dar continuidade ao projeto iniciado em *Bofarada*. A diferença era que, nesse novo projeto, todas as fotografias



seriam de nus frontais. A seção foi publicada nos três últimos números do jornal, editados entre abril e junho de 1981. Na primeira ocasião, segundo explicação da redação, as fotografias foram feitas pelo próprio modelo, numa sequência que sugeria um *strip tease*, conforme anunciava a capa do jornal: “Homem pelado: um strip tease para você” (Colírio, abr. 1985, p. 04). Nesse caso, novamente, o título da seção remetia à objetificação dos modelos, posto que se utilizava da expressão colírio, metáfora que cultura linguística brasileira indica que alguém ou algo “cura” os olhos, faz bem ao sujeito da visão.

Na última edição, as fotografias de um rapaz jovem eram acompanhadas de uma nota explicativa, supostamente, escrita pelo fotógrafo em que restavam poucas dúvidas sobre os papéis sexuais discursivamente construídos. Após descrever o episódio em que, ao fotografar o modelo, o fotógrafo teria quase se afogado, a nota afirma: “Sobre ele [o modelo], pouca coisa a dizer, além do fato de ser um salva-bichas de mão cheia.”



**Figura 5:** Primeira edição da seção *Colírio*, com o título de *By Myself*.



**Fonte:** *Lampião da esquina*, Ano III, n. 35, Rio de Janeiro, Abr. 1981, p. 04.

Disponível em:

<https://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2019/04/39-LAMPIA-O-DA-ESQUINA-EDICAO-35-ABRIL-1981.pdf> Acesso em: 28 Mar. 2023.





5
COLÍRIO •

## Homossexual se afoga após fotografar garoto nu







“Homossexual morre afogado após fotografar garoto nu”. A manchete posso imaginá-la — estampada com tinta cor de sangue, no jornal Notícias Populares. O fato seria real se não fosse a intervenção do garoto da foto, o Édson, que veio busca-me na profundidade enorme do lago existente em Nazaré Paulista, onde tirei as fotos do rapaz, e onde cal irremediavelmente, afundando na hora. Sobre ele, pouca coisa a dizer, além do fato de ser um salva-bichas de mão cheia. Adora a música “Polhem”, do Chico, que “he diz muita coisa”. O seu endereço? Oh! — Rafaela Mambaba, a nossa mascote, muito sa(bichosa), se apoderou do único cartão disponível do guion E, depois de ler, decorar e cortá-lo em mil pedacinhos, jurou não dar — o endereço — a ninguém. Podem (texto e fotos de Fukushima).

Janeiro de 1981

LAMPILHAO da esquina



**APPAD**  
associação paranaense  
do paralelo da diversidade

**Centro de Documentação  
Prof. Dr. Luiz Mott**



**GRUPO DIGNIDADE**

**Fonte:** *Lampião da esquina*, Ano III, n. 37, Abr. Rio de Janeiro, 1981, p. 04.  
Disponível em:

<http://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2019/04/39-LAMPIAO->



[DA-ESQUINA-EDICAO-35- ABRIL-1981.pdf](#) Acesso em: 28 Mar. 2021.

As três edições da seção *Colírio* não apresentavam elementos inovadores quando comparada aos precedentes deste tipo de conteúdo feitos pelo jornal: a erotização do corpo nu masculino, o conteúdo de cunho sexual e certa objetificação dos modelos associavam-se à importância comercial que as fotografias desempenhavam no interior da publicação. É importante destacar, entretanto, que a publicação de nus frontais parece ter sido ponto central de desacordo no projeto político e identitário do jornal. É o que se pode inferir do texto que acompanha a seção, no penúltimo número publicado pelo jornal, estrategicamente intitulada *A batalha do nu frontal*:

De todas as escaramuças em que o *Lampião* se empenhou, nestes três anos de vida, sem dúvida a mais prolongada foi a batalha do nu frontal. Além das discórdias internas em torno do assunto (havia quem considerasse a publicação de fotos de homens nus um desrespeito, mas esta opinião acabou atropelada — e virtualmente morta — pelos pedidos dos leitores), havia a questão da censura: por que corpo da mulher pode ser mostrado e o do homem não? A essa pergunta pedessista, nós respondemos com a nossa: e por que não mostrar tanto o corpo da mulher quanto o do homem? Que há de pouco digno neles? Se a gente não se envergonha dos nossos corpinhos, por que escondê-los? (A batalha..., abr. 1985, p. 04).

Afirmar essa opção editorial fez com que muitos contemporâneos, assim como analistas posteriores, apontassem certa decadência do jornal cujo início intelectual e politizado destoava do caráter pornográfico e comercial assumido nos números finais (KUCINSKI, 1991). Visto de outro ângulo, pode-se sugerir que os conteúdos com nudez frontal eram, também, uma atitude política que visava superar um tabu duplo: de um lado, contestava a heteronormatividade que pouco se opunha à exposição do corpo feminino, de outro, resistia a uma certa *homonormatividade* que entendia que essa estratégia reduzia a causa *gay* às questões de ordem puramente sexual.

Não se pode afirmar definitivamente quais foram as intenções dos sujeitos responsáveis pela criação das seções *Bofarada* e *Colírio*. Questões de cunho econômico (aumentar o interesse e a fonte de renda do jornal), que por certo existiram, podem estar articuladas ao interesse em disseminar produtos eróticos ao público homossexual, sem que isso exclua os efeitos políticos e culturais, pois como observam Silva e Blanca



“[...] a erotização do corpo masculino na arte contribui para desestabilizar as políticas heteronormativas sobre sexualidades e realizar estratégias de abertura para ressignificar imagens e imaginários sobre as sexualidades na cultura (SILVA, BLANCA, 2018, p. 02).”

Por outro lado, é importante não perder de vista que, se as duas seções ao explorarem o corpo masculino nu contribuíram para, ainda que momentaneamente, desestabilizar operações culturais heteronormativas, a forma como as duas seções se inserem no quadro discursivo da revista indicam uma contradição. Isso porque, *Bofarada* e *Colírio* projetam o público consumidor daquele conteúdo como o homossexual passivo (feminino) enquanto as fotografias representam *bofes* (ativos/masculinos). Dito de outra forma, ambas reificam assimetrias entre masculino e feminino, macho e fêmea, mesmo que no interior de uma relação social/sexual que escapa ao padrão heteronormativo, ou seja, as fotografias conduzem a uma heterossexualização do desejo. Retomando os termos de Judith Butler:

A noção de que pode haver uma ‘verdade’ do sexo, como Foucault a denomina ironicamente, é produzida precisamente pelas práticas reguladoras que geram identidades coerentes por via de uma matriz de normas de gênero coerentes. A heterossexualização do desejo requer e institui a produção de oposições discriminadas e assimétricas entre ‘feminino’ e ‘masculino’, em que estes são compreendidos como atributos expressivos de ‘macho’ e ‘fêmea’ (BUTLER, 2003, p. 38).

O *Lampião da esquina* pode ser alinhado aos diversos grupos identitários surgidos na segunda metade do século XX que, em oposição ao sujeito político universal da luta de classes, propunham novos agentes políticos. Ocorre que, conforme análise da filósofa Judith Butler, muitos desses grupos pressupunham uma identidade fixa à qual, obrigatoriamente, os membros deveriam aderir caso desejassem participar da luta e compartilhar os direitos conquistados. No interior desses grupos, promovia-se uma inclusão relativa e calcada em bases identitárias que flertavam com essencialismos, biológicos, inclusive. Situação paradoxal, pois partindo da crítica ao sujeito político pressuposto pelas esquerdas clássicas, tais grupos reproduzem a mesma estratégia, qual seja: definem um sujeito *a priori*, fechando-se à contingência do processo histórico. De acordo com a autora:

Recusar-se a pressupor, isto é, a exigir a noção do sujeito desde o



início, não é o mesmo que negar ou dispensar essa noção totalmente; ao contrário, é perguntar por seu processo de construção e pelo significado político e pelas consequências de tomar o sujeito como um requisito ou pressuposição da teoria (BUTLER, 1998, p. 14).

A autora sugere que muitos desses projetos experimentaram um processo de esvaziamento das adesões políticas na medida em que não contemplavam a contingência do sujeito político como parte do processo histórico. Aqui é válido lembrar que o *Lampião da esquina* dividia a história entre sujeitos (aqueles que falam) e objetos (aqueles de quem se fala) e, ao iniciar sua trajetória, visava justamente questionar interpretações limitadas dos discursos produzidos sobre os homossexuais. No decorrer de seu itinerário, entretanto, algumas de suas estratégias editoriais definiam, *a priori*, a identidade do sujeito homossexual.

Não se pode afirmar que o nu frontal motivou o encerramento do projeto *Lampião da esquina*, situação que não foi explicada na última edição do jornal. A bibliografia aponta que os últimos números venderam pouco e “a partir daí, com as divergências acirrando-se dentro do Conselho Editorial, decidiu-se fechar o jornal, em julho de 1981, depois de três anos de vida e 37 números publicados mensalmente, com distribuição em todo o território nacional (TREVISAN, 2007, p. 362).” Pode-se especular se tais divergências não decorrem justamente do fenômeno identificado por Guacira Lopes Louro, para quem entre 1970 e 1980: “A homossexualidade deixa de ser vista (pelo menos por alguns setores) como uma condição uniforme e universal e passa ser compreendida como atravessada por dimensões de classe, etnicidade, raça, nacionalidade etc (LOURO, 2001, p. 543).”

### **Considerações finais**

Pensar o periódico *Lampião da Esquina* tendo como eixo de análise a questão das identidades e dos sujeitos políticos permitiu tomá-lo na sua ambiguidade. De um lado, a contribuição política do periódico não deve ser menosprezada, posto que na época de sua circulação o contexto político brasileiro era, especialmente, refratário à problematização de pautas morais, sociais e progressistas. Além disso, a linha editorial do jornal permite tensionar os limites de setores progressistas hegemônicos, caso das esquerdas associadas aos movimentos de trabalhadores; no olhar crítico do *Lampião* a esquerda



brasileira foi contundentemente caracterizada por sua limitação de pauta, indício da falta de um olhar estratégico que permitisse incorporar personagens diversos às suas lutas. Observe-se, em tempo, que o preconceito com identidades dissidentes nunca foi uma exclusividade das direitas.

De outro ângulo, a análise do periódico *Lampião da Esquina* revelou uma contradição intrínseca ao projeto editorial, posto que, ao mesmo tempo em que os responsáveis pelo jornal criticavam segmentos dos movimentos sociais por se fecharem em torno de um ideal de sujeito da ação política - caso das esquerdas brasileiras de linha marxista -, internamente, o periódico definiu e delimitou identidade homossexual, estabilizando um sujeito que para ter sua ação legitimada deveria se enquadrar em certos modelos.

Os projetos ligados ao nu frontal masculino, materializados nas seções analisadas anteriormente, são o marcador dessa dupla tensão que permeou a trajetória do jornal: frente à sociedade brasileira de maneira geral e frente à “comunidade gay imaginada”, o *Lampião da Esquina* apresentou-se como agente da ação político, articulou identidades, mas não pode contornar a contingência das dinâmicas históricas.



## Referências

APLPLEBY, Joyce. HUNT, Lynn. JACOB, Margaret. Telling the true about history. In: *Nova História em perspectiva*. NOVAIS, Fernando A.; SILVA, Rogério Forastieri da (orgs.). São Paulo: Cosac Naify, 2011.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero*. Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. Fundamentos contingentes: o feminismo e a “questão do pós-modernismo”. *Cadernos Pagu*, v. 11, 1998.

CANCLINI, Nestor Garcia. *Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: EDUSP, 2008.

COSTA, Rogério da Silva Martins da. *Sociabilidade homoerótica masculina no Rio de Janeiro na década de 1960: relatos do jornal O Snob*. (Dissertação de Mestrado) CPDOC, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, RJ, 2010.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. Brasil: 1954 - Prenúncios de 1964. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-87752005000200013](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-87752005000200013) Acesso em: 13 Fev. 2023.

FICO, Carlos. A pluralidade das censuras e das propagandas da ditadura. In. REIS, Daniel; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru/SP: EDUSC, 2004.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola 2007.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade v. 2: O Uso dos Prazeres*, Rio de Janeiro: Graal, 1984.

FIGARI, Carlos. *@s outr@s cariocas: interpelações, experiências e identidades homoeróticas no Rio de Janeiro: séculos XVII ao XX*. Belo Horizonte: Editora UFMG, Rio de Janeiro, Editora IUPERG, 2007.

GALLAS, Ana Kelma Cunha. OLIVEIRA, Yakoweno Guerra de. Publicações destinadas aos homossexuais no Brasil. O Snob (1963-1969) e O Lampião da Esquina (1978-1981). Intercom–Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – *Anais do*



*Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*, Fortaleza, CE – 3 a 7/9/2012.

HEEREN, José Augusto de Castro. *O armário invertido: comunicação e discurso sob a luz do lampião*. Dissertação (Mestrado em comunicação). Faculdade Casper Líbero, São Paulo, 2011.

KOSSOY, Boris. *Fotografia e História*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.

KUPER, Adam. *Cultura: a visão dos antropólogos*. Bauru: EDUSC, 2002.

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: escrita Editorial, 1991.

*Lampião da esquina*, edição experimental – número zero, São Paulo, Abr. 1978. *Lampião da esquina*, Ano I, n. 01, São Paulo, 25 Maio – 25 Jun., 1978.

*Lampião da esquina*, Ano I, n. 09, São Paulo, Fev. 1979

*Lampião da esquina*, Ano I, n. 10, São Paulo, Mar. 1979.

*Lampião da esquina*, Ano III, n. 28, Rio de Janeiro, Jan. 1980.

*Lampião da esquina*, Ano III, n. 27, Rio de Janeiro, Ago. 1980.

*Lampião da Esquina*, Ano III, n. 36, Rio de Janeiro, Abr. 1980.

*Lampião da esquina*, Ano III, n. 28, Rio de Janeiro, Set. 1980..

*Lampião da esquina*, Ano III, n. 28, Rio de Janeiro, Dez. 1980.

MACRAE, Edward. Em defesa do Gueto. In: *A construção da igualdade-política e identidade homossexual no Brasil da “abertura”* [online]. Salvador: EDUFBA, 2018, pp. 51-66. ISBN 978-85-232-1998-7.

MARTINS, Ana Luiza. DE LUCA, Tania Regina (Org.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo. Contexto, 2008.

MOURA, Clóvis. Entrevista. A praça é dos negros, *Lampião da esquina*,



Ano I, n. 04, São Paulo, 25 Ago.-15 Set., 1978.

MOREIRA, Rosemeri. *Entre o mito e a modernidade: a entrada das mulheres na polícia militar do Paraná*. Guarapuava: Editora Unicentro, 2016.

MORRETTI-PIRES, Rodrigo Otávio. TESSER JÚNIOR, Zeno Carlos. KOVALESKI, Douglas Francisco. Homofobia e os socialistas brasileiros em “O Lampião da esquina” (1978- 1981). *Revista Estudos Feministas*, v. 26, n. 03, Florianópolis, 2018.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra. *Rumo a uma “História Visual”*. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/200998227/94549817-Meneses-Ulpiano-Rumo-Historia-Visual-1> Acesso: 3 Set. 2018.

NAPOLITANO, Marcos. A construção do Regime Militar Brasileiro (Aula 09 parte 1) Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZqD6BGKp9OI> Acesso em: 24 Jan. 2023.

PÉRET, Flávia. *Imprensa gay no Brasil*. São Paulo: Publifolha, 2011. Sobre o AI-5, ver o verbete do CPDOC: O AI-5. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/AI5> Acesso em: 12 Fev. 2023.

PRADO, Marco Aurélio Máximo. MACHADO, Frederico Viana. *Preconceito contra homossexualidades: a hierarquia da invisibilidade*. São Paulo: Cortez, 2012.

SCHULTZ, Leonardo; BARROS, Patrícia Marcondes. “O lampião da esquina: discussões de gênero e sexualidade no Brasil no final da década de 1970”. ALCAR - Associação Brasileira de Pesquisadores de História da Mídia, 2011. Disponível em: Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/80-encontro-2011-1/artigos/O%20Lampiao%20da%20Esquina%20discussoes%20de%20genero%20e%20sexualidade%20no%20Brasil.pdf/view> . Acesso em: 30 Jan. 2023.

SANTOS, Cleide Magáli. Estado Democrático de Direito Brasileiro e a Criminalização dos Movimentos Sociais: os Ciclos de Protestos e a Força de Segurança Pública. *Revista Café com sociologia*, v. 04, n. 01,



Jan. – Abr., 2010.

SANTOS, Sérgio Lima dos. *O movimento sexual no Brasil e suas políticas identitárias: uma abordagem histórico-social*. Dissertação (Mestrado em sociologia) – Alagoas, UFAL, 2011.

SIQUEIRA, Gabriela Fernandes. PEREIRA, Henrique Alonso de A. R. *Visões de esquerda sobre o golpe de 1964 no Brasil*. Disponível em:

<https://cchla.ufrn.br/humanidades/ARTIGOS/GT13/GT.13->

[VISOES%20DE%20ESQUERDA%20SOBRE%20O%20GOLPE%20DE%201964%20NO%20BRASIL.pdf](https://cchla.ufrn.br/humanidades/ARTIGOS/GT13/GT.13-VISOES%20DE%20ESQUERDA%20SOBRE%20O%20GOLPE%20DE%201964%20NO%20BRASIL.pdf) Acesso em: 21 Jan. 2023.

SILVA, William da. BLANCA, Rosa. *Nudez masculina. Homoerotismo e artes visuais no Rio Grande do Sul*. Revista Seminário de História da Arte, v. 01, n. 07, 2018.

SOLIVA, Thiago. *Sobre afetos e resistências: Uma análise da trajetória da Turma OK (Rio de Janeiro, Brasil)*. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, n. 31, Abr. 2019,

STARLING, Heloísa Maria Murgel. *Silêncios da ditadura*. Revista Maracanan, Rio de Janeiro, n. 12, Jul. 2015.

TREVISAN, João Silvério. *Devassos no paraíso*. São Paulo: Record, 2007.

## **Abstract:**



The research investigates the political and identity discourse of the Brazilian journal *Lampião da Esquina*, which circulated in Brazil between 1978 and 1981. Published during the period in which discussions about Brazilian political redemocratization emerged, (after 1964), the journal took a stand against the left wing as well as sought to define an identity to the homosexual communities that, at the time, found space for debate and legitimation. Based on Cultural Studies, the work evaluated the identity discourse of those responsible for the journal, with attention up to two sections: *Bofarada* and *Colírio*. It was concluded that the political space built by the periodical was accompanied by an exclusive strategy of identity definition.

**KEYWORDS** Periodical History. Homosexual Identity. Cultural Studies. Photograph.

**Gilvana de Fátima Figueiredo GOMES**

*Professora do Departamento Acadêmico de História da UNIR/RM, integrante do GPPGAE - Grupo de Pesquisa Política, Gestão e Avaliação da Educação Escolar e Coordenadora da Especialização Gênero e Diversidade na Escola.*

*Recebido em: 04/07/2023*

*Aprovado em: 03/06/2024*